



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Segunda Câmara
Sessão: **8/12/2009**

72 TC-001732/026/08 - CONTAS ANUAIS

Prefeitura Municipal: Anhumas.

Exercício: 2008.

Prefeito: Edmo Donizeti Ricci.

Acompanha(m): TC-001732/126/08.

Auditada por: UR-5 - DSF-I.

Auditoria atual: UR-5 - DSF-I.

Aplicação no Ensino:	27,76%
Aplicação na valorização do magistério:	60,28%
Utilização em 2007 dos recursos do FUNDEB:	100,00%
Aplicação na Saúde:	8,30%
Despesas com Pessoal e Reflexos:	33,69%
Superávit Orçamentário:	1,45%

Relatório

Em exame, as contas prestadas pelo **Prefeito do Município de Anhumas**, relativas ao exercício de **2008**, que foram auditadas pela equipe fiscalizadora da Unidade Regional de Presidente Prudente.

As ocorrências anotadas no relatório de auditoria, de fls. 15/60, são as seguintes:

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO FÍSICA

- autorização para abertura de créditos adicionais em percentual acima do considerado pela inflação.

DÍVIDA ATIVA

- a cobrança da dívida se deu apenas de forma amigável, ocasionando, com isso, o baixo nível de recebimento no período (3,58%).

APLICAÇÃO NO ENSINO

- erros de lançamento em códigos de aplicação no Sistema AUDESP;
- necessidade de retificação do índice considerado pela origem, haja vista a necessidade de se excluir despesas referentes à alimentação infantil e merenda escolar.

DESPESAS COM SAÚDE

- a auditoria glosou o valor de **R\$ 756,53**, referente à diferença entre o valor contabilizado e o efetivamente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

repassado a título de subvenção a entidade do terceiro setor (Santa Casa de Misericórdia de Presidente Prudente);

- o plano municipal quadrienal (exercícios de 2006 a 2009), contém apenas o quadro de metas e programação para o exercício de 2006;
- a ata da reunião do Conselho Municipal - que aprovou o Relatório de Gestão da Saúde - não está assinada pelos participantes.

DESPESAS COM ASSISTENCIALISMO

- concessão de material de construção para pessoas carentes sem qualquer laudo para demonstrar a necessidade dos reparos nas residências, nem mesmo o material que necessitariam para a reforma;
- os estudos sócio-econômicos realizados não demonstram a situação financeira dos beneficiários, bem como não foram apresentados todos os estudos requisitados;
- ausência de critérios de seleção dos beneficiários, denotando falta de transparência na execução das despesas;
- doação feita em numerário, o que favorece o desvio de finalidade.

ADIANTAMENTOS

- concessão de numerário a título de adiantamento ao Prefeito;
- ausência: de transparência na prestação de contas das despesas com diárias; de justificativa acerca da finalidade pública e dos assuntos a serem tratados nas prestações de contas das viagens realizadas;
- notas de refeições de valores elevados; número de diárias em hotéis superior à quantidade de dias que permaneceu na localidade;
- passagens aéreas comprovadas com a juntada de recibo simples, sem comprovação fiscal.

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- durante todo o exercício foram verificados erros na transmissão de dados pelo sistema AUDESP que não foram corrigidos pela origem.

LICITAÇÕES

FALHAS COMUNS A TODOS OS CERTAMES

- a origem se limitou a informar a existência, ou não, de dotação orçamentária para abertura da licitação, sem mencionar, todavia, o valor disponível;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

- ausência de pesquisa de preços, impossibilitando a aferição da compatibilidade dos preços praticados com os de mercado.

CONVITE N. 17/2008 (reforma das piscinas municipais - R\$ 61.775,32)

- não formalização de convênio com a Secretaria Estadual de Planejamento e Economia, embora tenha sido noticiada em todo o procedimento licitatório, contrato e termo aditivo, a existência deste ajuste;
- realização de procedimento licitatório com inexistência de recursos para assegurar o pagamento do objeto pretendido.

CONVITE N. 20/2008 (assessoria jurídica e administrativa na área educacional - R\$ 14.400,00)

- o objeto do certame, relacionado no anexo do instrumento convocatório, é dispensável, haja vista não possuir natureza especial;
- impossibilidade de aferição da especialização das empresas participantes do certame;
- não houve a publicação do extrato do contrato.

FALTA DE PROCESSAMENTO

Aquisição de medicamentos, peças e serviços automotivos: os valores apurados como não licitados para cada gênero ultrapassam o limite estabelecido pelo inciso II do artigo 23 c.c. o inciso II artigo 24 da Lei n. 8.666/93;

- contratação de empresa para realização de shows artísticos por valor que ultrapassa o limite de dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, II, c.c. artigo 23, II, a, da Lei n. 8.666/93;
- não formalização de processo com as devidas justificativas caso fosse configurada hipótese de dispensa/inexigibilidade, na forma do artigo 26 e parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

EXECUÇÃO CONTRATUAL

Convite 10/2008 - Contratação de assessoria técnica e científica na área de saúde, cujos serviços deveriam ser executados por servidor municipal (R\$ 18.000,00).

Convite 16/08 (ampliação da creche municipal): prorrogação do prazo de execução do contrato sem justificativa, em desacordo com o termo contratual e artigo 57, § 2º, da Lei n 8.666/93; termo aditivo celebrado após término do prazo de vigência do contrato principal; obra não concluída até a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

visita realizada durante e fiscalização *in loco*, embora já estivesse em uso pela creche Municipal.

Convite 17/2008 (reforma das piscinas municipais): contrato não executado, tendo em vista a não formalização de convênio com a Secretaria Estadual de Planejamento e Economia; contrato inicial prorrogado mediante termo aditivo após término do prazo de vigência.

PESSOAL

- acúmulo remunerado de cargo público por uma servidora (dentista), uma vez que não havia compatibilidade de horários.

ENCARGOS SOCIAIS

- não recolhimento do FGTS dos servidores contratados por prazo determinado.

SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

- pagamento a maior no valor de **R\$ 3.094,08** ao Prefeito e de **R\$ 687,84** ao Vice-Prefeito.

BENS PATROMONIAIS

- ausência de Termos de Responsabilidade nas salas/repartições do Paço Municipal, nem no Centro de Saúde, em desacordo com o artigo 94 da Lei n. 4.320/64.

LIVROS E REGISTROS

- necessidade de melhorar os registros dos bens patrimoniais, tendo em vista que os códigos do Livro de Patrimônio dificultam a localização dos bens.

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA

- não divulgação da LDO e LOA, referentes ao exercício de 2008, bem como do parecer prévio do Tribunal de Contas na página eletrônica do Município, em desacordo com o artigo 48 da LRF.

ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

- não encaminhamento do Relatório de Gestão da saúde e das planilhas "Cadastro Eletrônico de Obras em Execução", conforme artigo 42 das Instruções n. 02/2007;
- entrega parcial e intempestiva de documentos via Sistema AUDESP;
- não atendimento das recomendações do Tribunal no que tange à Dívida Ativa, Outras Despesas, Licitações,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Contratos, Pessoal, e Subsídios dos Agentes Políticos.

Notificado, o responsável encaminhou alegações de defesa para todos os itens impugnados. Contestou algumas considerações lançadas pela equipe de fiscalização, informou que medidas corretivas já foram adotadas para outras, e procurou justificar ou demonstrar a legalidade dos demais procedimentos.

Relativamente aos gastos com assistencialismo, pondera que: tais benefícios foram autorizados mediante laudo técnico de profissional habilitado da área; há autorização legal para tanto; a auditoria não apontou, especificamente, o que considerou como desvio de finalidade.

Assegura que as incorreções anotadas em relação à prestação de contas de adiantamento devem ser relevadas, haja vista que além de todos os gastos estarem devidamente comprovados, há no corpo dos respectivos documentos os locais visitados pelo senhor Prefeito.

Sobre as licitações, discorre longamente sobre todos os procedimentos impugnados, ponderando, em linhas gerais, que não houve qualquer prejuízo ao erário.

Manifestando-se sobre as contas, a Chefia da Assessoria Técnica ratificou os índices considerados pela auditoria em relação ao ensino, pessoal, saúde, e cumprimento ao sistema constitucional dos precatórios e considerou que poderiam ser acolhidas as razões de defesa em relação aos tópicos impugnados na instrução do feito, exceção feita às questões anotadas nos itens 2.2.5.1; 2.2.5.2 (despesas com assistencialismo e com adiantamentos); e 8 (subsídio dos agentes Políticos), para os quais propôs a formação de autos próprios.

Opinou, posto isso, pela emissão de **parecer favorável** à aprovação das contas abrigadas nestes autos.

Subsidiou o exame dos autos os acessórios TCs 1732/126/07; 1732/226/07 e 1732/326/07 (ordem cronológica de pagamentos, aplicação no ensino e atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal).

Contas anteriores:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

2007	TC 2203/026/07	favorável
2006	TC 3066/026/06	favorável
2005	TC 2614/026/05	favorável

É o relatório.

rcbnm



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Voto

TC-001732/026/08

Pela instrução processual, verifica-se que o Município de Anhumas, aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino o equivalente a 27,76% da receita oriunda de impostos e transferências, atendendo, assim, ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

Da receita proveniente do FUNDEB, **60,28%** foram aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, conforme determina o artigo 60, inciso XII do ADCT.

Atendeu, também, ao contido no § 2º do artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007, vez que o Executivo, empenhou e pagou, em 2008, valor correspondente a 100% dos recursos advindos do FUNDEB.

Nas ações e serviços públicos de saúde os órgãos técnicos atestaram que a administração aplicou o correspondente a **18,30%** da arrecadação de impostos, atendendo, portanto, ao que prescreve o artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As despesas com pessoal e reflexos não ultrapassaram o limite máximo fixado pelo artigo 20, inciso III, letra "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois corresponderam a **33,69%** da receita corrente líquida.

A execução financeira dos precatórios também se revelou em ordem, pois houve o cumprimento da posição jurisprudencial desta Corte a respeito de sua liquidação.

Os repasses de duodécimos à Câmara Municipal foram de acordo com o previsto no artigo 29-A da Constituição Federal.

Os recursos oriundos da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico foram utilizados de conformidade com as regras instituídas pela Lei Federal nº 10.336/01.

Não houve recebimento de recursos oriundos de multas de trânsito, não sendo firmado convênio com o Estado.

No exercício em exame não foram firmados contratos de gestão, termos de parceria e convênios com valor sujeito à remessa.

Os encargos sociais foram devidamente recolhidos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

A execução orçamentária manteve-se equilibrada e os resultados econômicos e patrimoniais positivos.

O Poder Executivo atendeu ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, tal qual se vê no quadro elaborado pela auditoria às fls. 52 dos autos.

As admissões de pessoal ocorridas no exercício serão analisadas em autos próprios.

No mais, a instrução processual apresentou poucas incorreções, sendo que a maioria delas já foi objeto de recomendação quando do exame das contas relativas ao exercício de 2006 (TC 3066/026/06). Uma vez que o v. Parecer data de 18 de abril de 2008, fica afastada a hipótese de reincidência, não obstante se deva reiterar as recomendações lá consignadas.

Assim sendo, voto pela emissão de parecer **favorável** à aprovação das contas prestadas pelo Prefeito do Município de Anhumas, relativas ao exercício de 2006.

À margem do parecer, determino que se expeça ofício ao Executivo com recomendações para que:

- promova a regularização da falha registrada no setor da dívida ativa;
- atente para os ditames da Lei Federal 8666/93 no que tange à aquisição de bens e serviços;
- observe a Lei 4.320/64 e as instruções deste Tribunal quanto ao processamento de despesas em regime de adiantamento;
- adote medidas visando maior controle interno, especialmente quanto aos bens patrimoniais;
- atenda às Instruções desta E. Corte quanto à remessa de documentos e às recomendações exaradas.

Determino, por fim, que a auditoria formalize autos próprios para análise dos itens 7.2.1 - acúmulo remunerado de cargos e 8 - subsídio dos agentes políticos.

Esta decisão não alcança os atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

Eis o meu voto.